

No dia trinta do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu o Conselho Municipal de Saúde, às dezesseis horas e quinze minutos, na sala do Conselho na Secretaria Municipal de Saúde de Aracruz, sob a presidência do Senhor Fábio Barcelos Pimentel, para a 1ª Reunião Ordinária. A reunião foi disponibilizada de forma online e presencial. Estiveram presentes na modalidade presencial os Conselheiros: Isis Cruz Meira Quinonez, Bárbara Campagnaro Sarcinelli, Vicente Penteado Vizioli, Cintia de Jesus, Marcia Fabiana Gonçalves, Deivid Simoni Busato, Marcia Hosana Matias Borges de Souza e Amariles Batista de Aguiar. De Forma online estiveram presentes: Alex Hander Pereira Daniel e Marcia Silva Bobbio. Convidados: Reinaldo P. de Almeida Junior - representante do SINDENFERMEIROS, Daniela Dantas Cavalheri Eller e Pollyana Alves Cuzzuol – representante da Secretaria de Administração e Maria Raimunda – representante da Associação de Moradores do Sauê. Após a verificação do quorum, o presidente declara aberta a reunião, dando boas vindas e agradecendo a participação de todos. Em seguida foi lido o ponto de pauta constante na **convocação de nº 01**: Aprovação das Atas das reuniões Extraordinárias dos dias 05 e 08 de dezembro de 2023; Avaliação da Proposta do Plano de Cargos carreiras e vencimentos dos servidores públicos do município; Apresentação da proposta de participação no grupo Condutor da RAPS do Município de Aracruz. O presidente faz a apresentação dos Convidados por este conselho, e explica que os mesmo irão tirar dúvidas em relação a Pauta da Avaliação da Proposta do Plano de Cargos carreiras e vencimentos dos servidores públicos do município. O primeiro ponto foi: **Aprovação das Atas das reuniões Extraordinárias dos dias 05 e 08 de dezembro de 2023**, previamente disponibilizada no WhatsApp de todos os conselheiros, não houve nenhuma solicitação de alteração, em seguida o presidente submeteu a ata a votação, que foi aprovada por unanimidade. Conselheiro Vicente sugeriu inversão de Pauta, por ser uma Pauta Curta, que foi aceita por todos presente, ficando como segundo ponto a **Apresentação da proposta de participação no grupo Condutor da RAPS do Município de Aracruz**: Conselheiro Deivid que fez a sugestão da Pauta, o presidente faz a leitura do documentos enviado para este conselho, que se prontifica a fazer parte como membro representando este Conselho no Grupo Condutor, Conselheira Isis explica que não teria problema em alterar a Portaria 19.916, de 11/08/2023, para criar uma cadeira para o Conselho no Grupo Condutor, porém seria permanente fazer parte desse grupo, vaga que depois iria além do atual Conselho, sempre haverá a necessidade de indicar uma pessoa para poder ocupar tal vaga. Então achou-se melhor colocar para o conselho decidir, ficando definido dois representantes do Conselho os Conselheiros Deivid e Cintia, Conselheira Isis solicita uma resolução para tal feito, em seguida o presidente submeteu a pauta a votação, que foi aprovada por unanimidade. É passado para o Terceiro ponto de pauta: **Avaliação da Proposta do Plano de Cargos carreiras e vencimentos dos servidores públicos do município**, a pauta foi sugerida pelo conselheiro Vicente, o Presidente convida os representante da Secretaria de administração as Servidoras Daniela Dantas Cavalheri Eller e

Pollyana Alves Cuzzuol, para poder falar sobre esse assunto do plano de cargos que está sendo proposto pela prefeitura, e dizer quais são os efeitos sobre, e principalmente a atenção a saúde do município, a abrangência desse plano, e se tem alguma interferência sobre a prestação do serviço da Saúde do Município de Aracruz. Conselheiro Vicente relata que tal minuta foi apresentada na reunião do SISMA, e que se o plano for vigorado, ela extingue o atual plano da Saúde, extingue outras outras leis, reduzindo substancialmente o número, não de vagas mas de categorias, e acaba com as especialidades. Quando os servidores da saúde é lançado como um todo dentro da administração, a primeira preocupação que se tem como servidor, é que isso pode trazer um reflexo para a população de ajuste para a prestação de serviços do SUS que vai interferir na carreira, na fixação da mão de obra no município, e que hoje já tá difícil manter mão de obra no município, para o servidor ficar no município necessita ser atrativo, vantajoso é importante ver uma carreira crescer. A representante da Secretaria de Administração Sr<sup>a</sup> Pollyana, inicia explicando que o Plano esta a cargo de uma empresa, mas que esta sendo construído junto a Administração, que foi passado a realidade atual hoje, o impacto financeiro as legislações vigentes, sendo a proposta de unificar todas com exceção da Educação, sendo apenas uma proposta, não houve ainda aceitação por parte do Prefeito, e que é o momento de escuta, tirar dúvidas, sugerir propostas por parte dos Servidores, e que não vai haver extinção de especialidades, a proposta é por exemplo: médico que o cargo era por especialidade, estão juntando e fazendo um cargo só e subdividindo as áreas. Conselheiro Vicente questiona que isso não tá na minuta. O representante do SINDENFERMEIROS Sr<sup>o</sup> Reinaldo alega que a minuta generaliza os cargos de “forma grotesca”, pegando as especialidades e transformando em somente médico, enfermeiro, farmacêutico etc, sem divisões, gera uma divisão de progressão tanto vertical quanto horizontal, onde no antigo era só horizontal, além de majorar o nível de dificuldade, porque antes você tinha uma classificação de 70%, agora passa 75% acumulado com outros requisitos, que sem ele acaba gerando prejuízo, pois se não alcançado o benefício de 75%, vai ter que esperar mais 3 anos para fazer nova solicitação, perdendo “3 anos de trabalho”, acaba por desmotivando, até porque se o servidor tem uma especialidade ele vai querer ser contratado por aquela especialidade e receber a majoração da saúde pela aquela especialidade, sendo um ponto bastante negativo, outro ponto é que a empresa deveria analisar de fato se a educação foi necessário fazer a retirada, porque é um caso a parte, a Saúde não é diferente, até porque se o SUS parar o Município para, como teve a questão do Piso Nacional dos Enfermeiros, então você imagina se um enfermeiro já não está satisfeito com a situação, já vai estar difícil de fazer progressão por causa do piso nacional que está tendo o repasse para ele, você acha que o profissional vai ter interesse em permanecer no município sendo que ele vai entrar no general, em uma forma genérica de progressão? É isso que precisa ser analisado, o mais correto é, já que foi feita a retirada da educação, nada mais justo equiparar a saúde com educação, e se educação é

fundamental, a saúde também tem que ser fundamental para o município, tanto um quanto o outro são basilares. Sr<sup>a</sup> Pollyana volta a frisar que o plano não está finalizado, e que a Gestão está no momento de escuta, e que está se filtrando todos os e-mail recebidos, a gestão criou um novo grupo mais decisório, de Secretarias mais específicas Finanças, Planejamento, para de fato ver o posicionamento das categorias em si, as demandas e aquelas outras demandas que são de todos, como a questão da progressão horizontal e vertical que foi muito questionando, a grande maioria dos e-mails 70%, tudo vai ser avaliado. E que inclusive está se pedindo que todas as dúvidas, todas as sugestões é inclusive se tem essa questão específica da legislação da Saúde, favor encaminhar por e-mail, que isso tudo vai ser analisado pela gestão, e vai ser encaminhado para análise da empresa. O presidente pergunta: qual a previsão de implantação desse plano, existe uma transição que está sendo prevista para poder implantar esse novo plano? Sr<sup>a</sup> Pollyana responde que não tem previsão, e que a gestão até queria que fosse aprovado, porém o Prefeito deixa clara que só vai implantar se for agradar aos servidores e que seja sustentável, e se sabe que isso demanda muita conversa, precisa de muita troca de informação dos conselhos e servidores, que tem até o dia 15 fevereiro para apresentar essas propostas, mas o quanto antes melhor, a gestão está trabalhando nessas sugestões para poder tentar agilizar o mais rápido, e que se está aguardando a proposta da categoria dos médicos, existe um grupo de médicos, que fez já uma reunião com a gestão, ficando acordado enviar a proposta, mas que até então não chegou. Fala da Conselheira Isis: a título de esclarecimento, na configuração que a gente tem de conselho, não cabe solicitar esclarecimento, que o conselho está no tripé de gestão, profissionais de saúde e usuários, de repente ele tem que ser mais incisivo, propositivo e participar da implementação do SUS, poderia os próprios conselheiros que requererão fazer proposições e encaminhar para a Secretaria de Administração nesses pontos. Fala do Conselheiro Vicente: eu entendo que a gestão não pode se posicionar porque ela é gestão, o conselho não pode ser omissor, tem outras propostas que já foram engavetadas, esta lei foi uma Conquista do servidor do SUS por mais que não seja perfeita é uma lei que nós tivemos, se analisarmos a legislação federal, as diretrizes para o próprio conselho de saúde já fala em criação de mesa de negociação permanente dos servidores com a gestão constituída dentro dos conselhos, ou seja, minimamente o conselho tem que acompanhar o processo, se a gestão não pode participar, que participem dessa comissão profissional de saúde e usuário, para participar, acompanhar e até mesmo ser propositivo, apesar do prazo ser bem curto, mas ainda é possível, a fala de vocês é bastante tranquilizadora, e trazendo inclusive o posicionamento do nosso gestor Dr<sup>o</sup> Coutinho, mas é importante que o conselho acompanhe e seja propositivo. Sr<sup>a</sup> Pollyana propõe que até dia 15 de fevereiro, precisa ser elaborado as propostas para ser enviado para a administração, e que entende que a área da saúde de fato é sensível, então é interessante abrir um pouco mais para vocês, e que se achar oportuno a gente estará disponível para reunir mais vezes com vocês até o

dia 15, caso seja difícil se reunir, pode ser encaminhado a sua sugestão ou dúvida. O presidente propõe que se constitua uma comissão para que represente o conselho nessas questões nesse primeiro diálogo, até chegar a uma definição a um parecer, para ser apresentado para a plenária, para que não se reúna o conselho todas as vezes para poder tratar desse assunto e sem chegar numa definição. Outra sugestão do Conselheiro Vicente é: propor ao conselho fazer uma resolução, encaminhar para a Administração para ser mantido o plano de cargos atual dos servidores da saúde, já que tem toda uma diretriz nacional a lei 8142 também coloca isso numa forma bem Clara, melhorando o que já se tem, no SUS temos pisos nacionais definidos em leis, temos a lei 8142, temos também a lei 8080, temos a orientação do SUS já antiga desde 2006 para a construção dos planos na saúde, o Presidente submete a proposta do Conselheiro Vicente em votação, que é aprovada por unanimidade, ficando aprovada a resolução do conselho, que vai ser encaminhada para a Secretaria de Administração. Outra proposta é, acompanhar a evolução da resolução do Conselho, junto com a Secretaria de administração e a empresa, e também se há interesse por parte dos Conselheiros em participar desta comissão, de dois a três membros. Proposta aceita por todos, também aceita por parte dos representantes da Secretaria de administração as Servidoras Daniela Dantas Cavalheri Eller e Pollyana Alves Cuzzuol. Ficando indicados os Conselheiros Vicente Penteado Vizioli, Deivid Simoni Busato, Amariles Batista de Aguiar de comum acordo com todos participantes da reunião. O presidente pergunta se ainda tem algum assunto a ser tratado, e considerações finais dos representantes do Sindicato dos Enfermeiros e Administração, se gostariam acrescentar algo. Sr<sup>o</sup> Polyana se dispõe em receber os membros da comissão e Conselheiros independente de plano de cargos, se dispondo sempre que for preciso, e que almeja construir um plano de cargos que seja bom para os Servidores, e tem ciência que a saúde é muito sensível e que de fato precisa de uma atenção, e eu como servidor efetivo aqui presente também prometo dar essa atenção e repassar toda essa conversa aqui para o Secretário, por mais que será passada formalmente, comprometo em reforçar, não só o Secretário de Administração mas com a gestão também. Conselheira Isis transmiti o posicionamento da Secretária Rosiane, que sempre tem buscado canais de diálogo entre as categorias junto à Administração para viabilizar o que seja melhor para os Servidores, principalmente com Servidores da Saúde e o Conselho, que há necessidade de se manifestarem, que desrespeita a prestação de serviço, a gestão também se coloca como interlocutor do Conselho, caso precise encaminhar alguma documentação, a Secretária também repassa para a Administração. Sr<sup>o</sup> Reinaldo se coloca a disposição em auxiliar na resolução ou parecer, até porque de fato, caso não seja acolhido, pode ser feito mandado de segurança, porque lei geral não pode vigorar sob lei própria, se já tem um regimento de forma específica, uma categoria não pode ser abarcado ou generalizada, gera prejuízo de formas grotesca, até porque se falou na questão da divisão de cargos, a subdivisão, por exemplo: enfermeiro plantonista, enfermeiro

regulamentador, enfermeiro do trabalho vai ser somente enfermeiro e poderá ser remanejado para qualquer área a Secretaria de saúde, e a única progressão que ele vai ter é: 1, 2 ou 3, e na lei antiga, no estatuto vigência há subdivisões de fato expressas por meio do anexo e valoração de cada um de forma individualizada, então se o profissional tem uma especialização, vir para a generalizada acaba por ser prejudicado. Finaliza se colocando a disposição. O Presidente agradece e encerra a pauta, havisa que provavelmente terá uma Reunião Extraordinária nos próximos dias com relação a prestação de Contas. Conselheira Cintia faz a apresentação da Senhora Raimunda, que veio representando a Comunidade do Sauê no lugar da Senhora Sueli, pois a mesma teve um compromisso urgente. Conselheira Márcia Fabiana ajuda Sr<sup>a</sup> Raimunda nos questionamentos passado pela Sr<sup>a</sup> Sueli, que relata ter recebido muitas queixas tanto de funcionários como principalmente de usuários, ela necessita de 3 respostas: **primeiro ponto**, em relação à questão do atendimento de uma criança com dengue hemorrágica que foi atendida no UPA. **Segundo ponto**, a respeito de um paciente que passou mal e foi atendido no UPA e teve alta as 19hs, o paciente não tinha como voltar para casa, pois no Sauê não tem transporte público domingo a noite, então foi solicitado levá-lo de volta para casa, a resposta recebida foi que não tinha possibilidade, e que o paciente teria que procurar outra forma de transporte. **Terceiro ponto** é: o Programa Mais Médicos chegou a informação que tem alguns profissionais que não estão habituados com idioma e medicações. Conselheira Isis faz a devolutiva dos três questionamentos: em relação ao segundo ponto, que foi resolvido no mesmo dia, e que o paciente em questão foi atendido na UPA da Barra do Riacho a princípio foi estabilizado, viu-se a necessidade de remoção para a UPA do Vila Rica para melhores exames, após finalizado e estabilizado o atendimento foi dada a alta. A Alta tem critérios menos urgente do que a demanda imediata para atender o paciente, priorizando deixar duas ambulâncias à disposição do serviço, porque às vezes o paciente entra numa situação de urgência e precisa ser transferido, mas que Secretaria é sensível quanto a este ponto, principalmente nos períodos noturnos dos pacientes da Orla e interior, pela dificuldade de transporte coletivo, enquanto tiver condições vai se continuar fazendo os deslocamentos da orla e do interior pois sabe-se da dificuldade, só frisando que a alta ela fica prejudicada em detrimento da demanda de atendimento eminente, e que a legislação não obriga o município a fornecer o transporte coletivo para a alta. É passado para o primeiro ponto por ser mais sensível, Conselheira Cintia questiona o ponto, pois não ficou bem claro a problemática do ocorrido, Conselheira Fabiana alega que Sr<sup>a</sup> Sueli só passou um resumo da situação e que Sr<sup>a</sup> Raimunda não está bem inteirada nos assuntos. Conselheira Isis fala do manejo clínico da dengue que o município não tem dificuldade de fazer exames para dengue, qualquer Unidade onde o paciente tem queixa de febre, dor no corpo, cefaleia, ou com outro tipo quadro clínico, tanto médico quanto enfermeiro podem fazer a solicitação dos exames da dengue de imediata, e que o Município tem protocolo Assistência de Dengue, seguindo o protocolo do Estado. Conselheira



Cintia pergunta se a Conselheira Isis tem ciência do que aconteceu com a criança, e responde que não tem conhecimento do fato, mas tem que ser passado oficialmente para que os fatos sejam apurado. Então conclui o terceiro ponto referente ao Programa Mais Médicos, que explica a participação da SEMSA no Programa desde 2013, e que pegou vários ciclos do Programa. E que atualmente tem profissionais estrangeiros no Programa de Saúde da Família de vínculo regular, tem cubanos que já são revalidados e que já estão bem habituados pois já tem 8 anos aqui, e que na última ciclo recebemos médicos brasileiros, não sendo compatível tal queixa com a realidade do Município. Nada mais a tratar, o Presidente Fábio encerrou a reunião as dezessete horas e quarenta minutos, eu, Marcia Lombardi Ribeiro, Secretária deste Conselho, lavrei a presente ata que, após aprovada será assinada pelos conselheiros presentes e por mim.